

COMENTÁRIOS DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGUESA SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016

A Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CCIP) vem, com o apoio da sua Comissão Fiscal, pronunciar-se publicamente sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2016.

Constatamos que este orçamento não espelha um esforço consistente de reposicionamento do Estado, com reformas profundas sobre as suas funções e competências, de forma a libertar recursos para a criação de riqueza e emprego, que permitam aliviar os níveis de carga fiscal, mantidos no essencial constantes, independentemente da sua composição, penalizando fortemente quer a liberdade de escolha dos cidadãos, quer o crescimento e a projeção internacional das empresas portuguesas. Prosseguir a consolidação orçamental por via sobretudo da redução da despesa e não pelo agravamento dos impostos constituiria o melhor e mais sustentável contributo que o Estado poderia dar em prol da tão desejada dinamização da atividade económica, da promoção do crescimento económico e da criação de emprego.

Congratulamo-nos, não obstante, com o ambicioso objetivo na redução do défice que deverá continuar a ser uma preocupação fundamental das contas públicas dum país como o nosso tão dependente do apoio externo.

Num outro plano, lamentamos a quase ausência, nesta Proposta de OE para 2016, de medidas capazes de estimular o investimento privado, tanto mais que continua a escassear o investimento público orientado para a melhoria da competitividade internacional da economia portuguesa.

Neste contexto assinala-se como um desenvolvimento negativo aquele que resulta nos retrocessos introduzidos no promissor processo de reforma do IRC, em particular no que diz respeito à projetada descida gradual da taxa e à nova redução do prazo de reporte de prejuízos, factos que reforçam os sentimentos de imprevisibilidade e de desconfiança por parte dos investidores, nacionais e estrangeiros, não contribuindo assim para ajudar a criar as condições necessárias para um relançamento sustentável do crescimento.

Como positivo relevamos aqui a descida da TSU para algumas empresas dos 23,75% para 23%, que esperamos possa ser aprofundada no futuro e alargada a todas.

Sem uma política fiscal marcadamente orientada para a competitividade empresarial, não só as empresas portuguesas terão mais dificuldades em investir, criando riqueza e postos de trabalho, como será cada vez mais difícil manter e atrair para Portugal investimento estrangeiro e projetos estruturantes.

Não podemos deixar de sublinhar ainda positivamente que, contráriamente ao que estava previsto no Programa de Governo, não tenha sido proposta neste OE a reintrodução do imposto sobre sucessões e doações nos descendentes diretos, que teria efeitos muito nefastos, nomeadamente na atração para Portugal de residentes não habituais e que consideramos essencial manter no futuro.

Manifestamos por fim a nossa preocupação com as dúvidas e o clima de reserva e de apreensão, que o processo de preparação do OE para 2016 tem gerado junto dos credores internacionais do nosso País e dos mercados financeiros internacionais, num desenvolvimento que não é decerto desejável na perspetiva da manutenção da estabilidade das condições necessárias ao normal financiamento da economia portuguesa.

Iremos ao longo deste ano acompanhar atentamente a execução orçamental, na expectativa que o ambicioso objetivo de redução de défice possa ser cumprido e que a tentativa de animar a economia através do estímulo ao consumo privado consiga ter sucesso na consolidação do tão desejado e necessário crescimento da nossa economia.